



## Contra inflação, país poderá importar milho, diz Blairo

Aumento do preço provocado por problemas na safra afetou o consumidor e a indústria de carnes, que utiliza o grão para alimentar os animais

Pedro Franco/Agência Senado



Blairo Maggi (C), ao lado da presidente da comissão, Ana Amélia: ministro veio ao Senado apresentar os programas prioritários da pasta

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, afirmou, em audiência pública da Comissão de Agricultura, que vai autorizar a importação de milho, caso os preços do grão subam muito, prejudicando os consumidores. Pelo mesmo motivo, o governo já permitiu a importação de feijão.

Por enquanto, o ministro disse que pretende apenas convencer o governo a elevar o preço mínimo da saca para R\$ 18.

— Mas não podemos deixar que o mercado fique especulativo e leve o milho a R\$ 60 — argumentou.

O senador Acir Gurgacz lembrou que o preço recorde do milho tem afetado também a indústria de carne. Criadores de frango, de suíno e de gado leiteiro têm no grão a principal fonte de alimento para os animais e sofrem com os altos custos. **5**

### Busca em imóvel gera reclamação do Senado no STF

O Senado entrou com reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Operação Custo Brasil. A Polícia Federal cumpriu ontem mandado de busca e apreensão em apartamento funcional da Casa, ocupado por Gleisi Hoffmann. Tanto Renan Calheiros quanto Jorge Viana querem que esse tipo de ação só ocorra com autorização prévia do STF. **2**

### Para testemunhas, créditos suplementares não alteraram meta fiscal

As duas testemunhas ouvidas ontem pela Comissão do Impeachment reforçaram a tese de que a defesa da presidente afastada Dilma Rousseff tem sustentado. A ex-secretária de Orçamento do governo Esther Dweck e o subsecretário de Planejamento do Ministério da Ciência e

Tecnologia, Anderson da Rocha, afirmaram que os créditos suplementares não afetaram a meta fiscal de 2015. A alteração foi por outros motivos, como queda na receita, disse ela. Já a verba destinada ao ministério veio de arrecadação própria e precisou de autorização para seu uso. **3**

Anderson Rocha esclareceu créditos a ministério, em reunião dirigida pelo relator, Antonio Anastasia, ao lado do presidente da comissão, Raimundo Lira



Pedro Franco/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Sector portuário foi o destaque da fala de Padilha (D), indicado para o Chipre

### Indicados a embaixadas querem fortalecer relação com a África

O Brasil deve ter novos representantes diplomáticos na República do Congo, em Cabo Verde e no Chipre. Os nomes indicados para as nações africanas destacaram a presença de empresas brasileiras no continente. O fato

de que a eleição de brasileiros para órgãos como a FAO e a OMC se deu após o Brasil ter massificado a abertura de embaixadas na África foi um dos pontos ressaltados durante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores. **8**

### Gestão da saúde primária por organizações sociais é criticada

A proposta do governo do Distrito Federal de que a atenção primária na saúde passe a ser gerenciada por organizações sociais recebeu críticas de servidores e senadores na Comissão de Direitos Humanos. Eles temem que a proposta resulte em prejuízo aos trabalhadores e ao aten-

dimento aos cidadãos. Já o representante da Secretaria de Saúde do DF disse que a atenção primária tem graves deficiências e defendeu que o modelo de gestão proposto pelo governo seja ao menos discutido. Hélio José afirmou que poderá propor uma CPI das organizações sociais. **6**



Em audiência, servidores da saúde do DF reclamam de horas extras excessivas

Gerardo Magalhães/Agência Senado

### Lei sobre mandado de injunção é sancionada **4**

### Comissão da Desburocratização volta a se reunir **2**

### PEC inclui estados e municípios na proteção a idosos **6**

### Embalagem de frutas pode ter de seguir normas **5**



Jefferson Rudy/Agência Senado — 9/6/2016



Moreira Mantz/Agência Senado — 1/3/2016



Bea Barreto/Agência Senado — 12/5/2016

Renan e Viana querem assegurar que o tipo de ação que ocorreu com Gleisi só ocorra com autorização prévia do Supremo

## Senado reclama ao STF contra busca em imóvel

PF cumpriu ontem mandado de busca e apreensão em apartamento funcional da Casa, ocupado pela família de Gleisi Hoffmann, e prendeu preventivamente o ex-ministro Paulo Bernardo, marido da senadora

O SENADO ENTROU com reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Operação Custo Brasil, deflagrada pela Polícia Federal na manhã de ontem, com busca e apreensão em imóvel funcional da Casa. A reclamação foi encomendada à Advocacia-Geral do Senado pelo presidente Renan Calheiros e pelo primeiro-vice-presidente, Jorge Viana.

Renan e Viana querem a garantia de que esse tipo de ação não volte a acontecer sem a autorização do STF. Os policiais federais cumpriram mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão no apartamento funcional ocupado pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ex-ministro dos governos de Lula e Dilma Rousseff, Paulo Bernardo, que é marido da senadora, foi preso e os policiais levaram documentos que estavam no apartamento.

A reclamação argumenta que apenas o STF tem competência para autorizar medidas coercitivas desse tipo dentro de imóveis de propriedade do Senado, mesmo que elas envolvam investigados sem foro privilegiado, caso de Paulo Bernardo. Os mandados, que visavam apenas ao ex-ministro, foram expedidos pelo juiz de primeira instância Paulo Bueno de Azevedo, da 6ª Vara Criminal de São Paulo.

O Senado buscará garantir que futuras operações de natureza semelhante tenham a autorização prévia do STF. Além disso, a Advocacia-Geral

deverá entrar com uma representação disciplinar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o juiz que autorizou a operação.

### Gleisi divulga nota de protesto pela prisão do ex-ministro Paulo Bernardo

Leia abaixo a íntegra da nota da senadora:

“Hoje foi um dia muito triste na minha vida como mulher, como política e, sobretudo, como mãe. Conheço o pai dos meus filhos. Sei das suas qualidades e do que não faria, por isso sei da injustiça que sofreu nesta manhã.

Mais de 10 pessoas estranhas entraram em minha casa com ordem de busca e apreensão. Trouxeram também uma ordem de prisão preventiva contra o Paulo.

Busca e apreensão após quase um ano de início do processo?!

Prisão preventiva para prevenir o quê?! Uma fuga? Um conluio? Qual risco representa ele?

Desde que esse processo começou, Paulo se colocou inúmeras vezes à disposição da Justiça, sempre esteve totalmente disponível, tem endereço conhecido.

Vieram coercitivamente buscá-lo em casa, na presença de nossos filhos menores. Um desrespeito humano sem tamanho, desnecessário. Não havia nada em nossa casa que podia ser levado. Mesmo assim levaram o computador do meu filho adolescente. Fiquei olhando meu menino e pensei sobre a dor que sentia com aquela situação.

Quem nos conhece sabe que não fizemos fortuna, não temos conta no exterior, levamos uma vida confortável, porém modesta. O patrimônio que temos, parte financiado, foi comprado com nossos salários.

Não me cabe outra explicação que não o desvio de foco da opinião pública deste governo claramente envolvido em desvios, em ataques aos direitos conquistados pela população. Garantir o impeachment é tudo o que mais lhes interessa neste momento.”

### Vanessa critica medida de Temer e presta solidariedade a Gleisi

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a MP 735/2016, editada ontem pelo presidente interino Michel Temer. Para ela, a MP abre caminho para a privatização da Eletrobras.

A senadora comentou também a ação da Polícia Federal que cumpriu mandado de busca e apreensão na casa de Gleisi Hoffmann (PT-PR). Marido de Gleisi, o ex-ministro Paulo Bernardo foi preso preventivamente. Vanessa disse apoiar as investigações, mas advertiu que deve haver limites. Ela afirmou que Gleisi, como senadora, tem direito a foro privilegiado e, por isso, a operação deveria ser autorizada pelo Supremo Tribunal Federal.



Moreira Mantz/Agência Senado

### Medeiros condena ataques pessoais no debate político

José Medeiros (PSD-MT) criticou ontem a postura de senadores que priorizam os ataques pessoais no debate político. Ele disse que, tanto na Comissão do Impeachment como no Plenário, os senadores petistas gastam seu tempo em ataques pessoais.

— Não se faz guerra de estilingue quando o seu telhado é de vidro. O embate político tem que acontecer no campo das ideias.

O senador afirmou ainda que a Lava Jato e o combate à corrupção não devem ser relacionados a nenhum partido e que a corrupção está sendo combatida graças a órgãos autônomos como o Ministério Público e a Polícia Federal.



Moreira Mantz/Agência Senado

## Comissão de juristas vai discutir Lei Geral de Desburocratização

A comissão de juristas instituída pela Presidência do Senado para elaborar um anteprojeto à Lei Geral da Desburocratização reúne-se na segunda-feira, às 14h, para retomar as discussões a respeito do tema. Na reunião anterior, em abril, o jurista Otavio Luiz Rodrigues Junior apresentou uma versão inicial do texto.

A futura lei, que pode ser nomeada alternativamente como Estatuto da Eficiência, definirá regras para eliminar ou reduzir a excessiva formalidade e a rigidez das rotinas e processos na administração pública, inclusive na área da execução fiscal. A intenção é simplificar e agilizar os serviços para melhorar a relação com as empresas e o trato com o cidadão.

O presidente da comissão é o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Mauro Campbell Marques. De acordo com ele, a futura lei deverá traçar sanções para que a administração pública seja obrigada a cumprir rigorosamente suas regras. Campbell ressaltou que a lei deverá instaurar a unificação de dados entre os órgãos da administração pública em todos os níveis.

— O primordial é que os bancos de dados das administrações públicas federal, estadual, municipal e distrital se interliguem para que o cidadão ou o empresário não precise apresentar, a cada vez, rol extenso de documentos — disse o ministro.

A comissão especial conta com 17 integrantes, entre eles o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que também é o relator. Os trabalhos, que se encerrariam em abril, foram prorrogados até dezembro.

## TV Senado mostra os desafios na vida de pessoas com nanismo

A TV Senado apresenta três destaques neste fim de semana. No sábado, o programa *Inclusão* mostra as dificuldades e os desafios que as pessoas acometidas por nanismo, uma deficiência genética, enfrentam no dia a dia para vencer barreiras e superar o estigma.

Já o *Em Discussão!* traz audiência pública da Comissão de Direitos Humanos sobre a situação dos moradores de rua.

A renegociação das dívidas dos estados é o tema do *Agenda Econômica*. Números do

Tesouro Nacional mostram um débito de cerca de R\$ 500 bilhões. Pedro Jucá Maciel, especialista em finanças públicas do Tesouro Nacional, comenta a crise fiscal dos estados.

**INCLUSÃO: NANISMO**  
 • sábado, às 20h  
 • domingo, às 8h30 e às 16h

**MORADORES DE RUA: INVISIBILIDADE X EMPODERAMENTO**  
 • sábado, às 23h30  
 • domingo, às 9h e às 16h30

**RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS**  
 • domingo, às 13h e às 22h

**AGENDA** A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

**CDH Reintegração de posse contra trabalhadores rurais em Roraima**  
 9h A comissão promove diligência na Universidade Federal de Roraima, em Boa Vista, para tratar de denúncias envolvendo autoridades públicas no cumprimento de reintegração de posse contra trabalhadores rurais.

**PLENÁRIO Sessão de discursos**  
 9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

**IMPEACHMENT Testemunhas**  
 10h A comissão ouve Francisco Ibiapina, ex-secretário-executivo do Ministério do Trabalho, e Marcos de Oliveira Ferreira, diretor de Programas Especiais da Secretaria de Orçamento.

**SESSÃO ON-LINE**

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

**AUDIÊNCIAS INTERATIVAS**

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

**Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Testemunhas reforçam tese da defesa de Dilma

Ex-secretária de Orçamento do governo e subsecretário do Ministério de Ciência e Tecnologia disseram que decretos não impactaram meta fiscal, alterada por outras razões

AS DUAS TESTEMUNHAS que depuseram ontem à Comissão Especial do Impeachment reafirmaram a tese da defesa, de que a edição de créditos suplementares pelo governo Dilma Rousseff, em 2015, não afetaram a meta fiscal do ano. Segundo a ex-secretária de Orçamento Federal Esther Dweck e o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência e Tecnologia, Anderson Lozi da Rocha, os decretos foram neutros e não impactaram o resultado primário.

Esther informou que Dilma assinava as autorizações com base em pareceres técnicos e exposições de motivos de diferentes áreas técnicas. Além disso, acrescentou, a maneira como os decretos foram editados seguiam a sistemática que vinha desde o início da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A ex-secretária também negou que a mudança da meta fiscal ocorrida em 2015 tenha se dado por conta dos decretos de crédito suplementar.

— A meta teve de ser alterada por outros motivos, como a queda da receita e a mudança de cenário com a piora do quadro econômico naquela época — explicou.

## Golpe

Aliados da presidente afastada voltaram a insistir na tese de que Dilma não cometeu crime ao editar os decretos e disseram que há um golpe em curso.

— O crime atribuído à presidenta foi de assinar os decretos quando a meta fiscal do governo não estava sendo cumprida, mas não há obrigação de se cumprir a meta antes do final do exercício — afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que Dilma não responde a processo de investigação por corrupção ou ato ilícito, mas “forças políticas conservadoras”, que não conseguiram ganhar pelo voto, agora tentam afastá-la do poder para implantar uma outra agenda.

— Digo com tranquilidade, pelos 41 dias de interinidade: esse governo [Temer] é a cara do atraso, do retrocesso, do fisiologismo e do entreguismo.

## Deficit

Waldemir Moka (PMDB-MS), por sua vez, criticou a gestão orçamentária do governo Dilma. Ele lembrou que, em 2015, por exemplo, o Executivo



Ao lado do relator, Anastasia, Esther Dweck, escalada pela defesa para depor, diz que Dilma assinava decretos com base em pareceres de áreas técnicas

previu inicialmente um superavit de R\$ 114 bilhões. No meio do ano, reviu para R\$ 5,8 bilhões e, em novembro, reconheceu R\$ 51,8 bilhões de déficit, até que o Congresso chegou à cifra de R\$ 118 bilhões negativos.

— A diferença entre o previsto e o executado é de muitos bilhões. É demais para acreditar que o governo não pôde detectar tudo isso. Fica claro que o governo tinha, sim, conhecimento.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) foi na mesma linha ao afirmar que, em julho de 2015, quando o governo enviou ao Congresso o PLN 5/2015, de revisão da meta fiscal, já sabia que não tinha condições de cumpri-la. E não cumprindo a meta, disse, a presidente não poderia ter editado os decretos.

— O governo já conhecia a realidade, tanto que enviou o PLN, que foi nada mais do que a tentativa de limpeza da cena do crime. E limpar a cena do crime não significa que não tenha sido cometido. Por isso, votei contra o projeto.

## Dispensa

Antes de ouvir Esther, o relator da comissão, Antonio Anastasia (PSDB-MG), pediu a dispensa de outra testemunha que iria depor ontem: o diretor da Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Planejamento e Orçamento, Leandro Couto. A maioria votou a favor, sob alegação de que ele seria ouvido como especialista e a comissão já tinha definido que tal tipo de testemunha seria dispensada. A comissão segue ouvindo testemunhas até quarta-feira.

## Gestor: créditos para Ciência vieram de arrecadação própria

O subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência e Tecnologia, Anderson Lozi da Rocha, defendeu o decreto de suplementação de R\$ 62,5 milhões editado para a pasta em 2015.

Em depoimento ontem à Comissão do Impeachment, ele explicou que foi autorizado crédito de R\$ 39 milhões para o CNPq, por excesso de arrecadação em convênios; R\$ 7,5 milhões para a Comissão Nacional de Energia Nuclear, de receita própria, para produção de radiofármacos; e R\$ 16 milhões da Nuclebras, recurso próprio proveniente de venda de terreno.

— Se não tivesse sido editado o decreto, você não poderia utilizar o recurso dessa fonte [em outro órgão].

São recursos próprios, como a gente chama. Ficaria parado dentro da unidade, não poderia ser executado — afirmou Anderson Rocha, em resposta à advogada da acusação, Janaina Paschoal.

O decreto autorizando os créditos ao ministério está entre os motivos para o afastamento da presidente Dilma Rousseff. Para os advogados que assinam a acusação, o decreto não poderia ter sido editado sem a autorização do Congresso Nacional, uma vez que o governo descumpria a meta fiscal.

— O descumprimento da meta, em si, não caracteriza o crime de responsabilidade. O crime é a edição do decreto com a meta não sendo cumprida — observou Cássio Cunha Lima, completando argumentos da acusação.

No entanto, o advogado da defesa, José Eduardo Cardozo, ressaltou a explicação da testemunha, de que os decretos envolveram apenas recursos existentes, provenientes de excesso de arrecadação e superavit financeiro do ministério, sem representar aumento de despesas e sem impacto na meta fiscal.

— O depoente chega a dizer que se gastou menos, inclusive, do que havia sido empenhado. Não trouxe ganância, não trouxe lesividade. E sem lesividade, não há crime — frisou Cardozo.



Segundo Rocha, os R\$ 62,5 milhões destinados à pasta não aumentaram despesas do governo

## Comissão do Impeachment já ouviu outras 31 testemunhas

8/JUN	13/JUN	14/JUN	15/JUN	16/JUN	17/JUN	20/JUN	21/JUN	22/JUN
<b>Julio Marcelo de Oliveira</b> Procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU)	<b>Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra</b> Secretário de Controle Externo do TCU	<b>Gilson Alceu Bittencourt</b> Ex-secretário de Planejamento Estratégico do Ministério do Planejamento	<b>Cilair Rodrigues de Abreu</b> Ex-secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal (SOF)	<b>Luiz Claudio Costa</b> Ex-secretário-executivo do Ministério da Educação	<b>Nelson Barbosa</b> Ex-ministro do Planejamento	<b>Ivo da Motta Azevedo Correa</b> Ex-subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil	<b>Pepe Vargas</b> Deputado federal e ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos	<b>Robson Azevedo Rung</b> Analista de Planejamento e Orçamento e coordenador-geral de Tecnologia e Informação da SOF
<b>Antonio Carlos Costa D'Ávila Carvalho</b> Auditor do TCU	<b>Leonardo Rodrigues Albermaz</b> Secretário de Macroavaliação Governamental do TCU	<b>André Nassar</b> Ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura	<b>José Geraldo França Diniz</b> Subsecretário de Orçamento e Administração do Ministério da Previdência Social	<b>Wagner Vilas Boas</b> Ex-secretário-executivo-adjunto do Ministério da Educação (MEC)	<b>José Henrique Paim Fernandes</b> Ex-ministro da Educação	<b>Renato Janine Ribeiro</b> Ex-ministro da Educação	<b>Miriam Belchior</b> Ex-ministra do Planejamento	<b>Luiz Antonio de Souza Cordeiro</b> Secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa
<b>Adriano Pereira de Paula</b> Coordenador-geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional			<b>Walter Baere de Araújo Filho</b> Consultor jurídico do Ministério do Planejamento	<b>Iara Ferreira Pinheiro</b> Subsecretária de Planejamento e Orçamento do MEC	<b>Zarak de Oliveira Ferreira</b> Diretor de Programas de Infraestrutura da SOF	<b>Felipe Daruich Neto</b> Diretor do Departamento de Programas Sociais da SOF	<b>Orlando Magalhães da Cunha</b> Ex-subsecretário de Planejamento e Orçamento, do Ministério da Justiça	<b>Luciano Carlos de Almeida</b> Representante da Justiça do Trabalho
<b>Otávio Ladeira de Medeiros</b> Secretário-adjunto do Tesouro Nacional				<b>Clayton Luiz Montes</b> Diretor do Departamento de Programas Econômicos da SOF	<b>Antonio José Chatack Carmelo</b> Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento	<b>Bruno Moretti</b> Ex-secretário-executivo-adjunto da Casa Civil	<b>Marcelo Minghelli</b> Coordenador de Orçamento e Finanças, do Ministério da Justiça	
					<b>Georgimar Martiniano de Sousa</b> Analista de Planejamento e Orçamento da SOF			

# Sancionada lei que regula mandado de injunção

Projeto que deu origem à norma foi aprovado no Senado no dia 1º. Senadores comemoram a regulamentação do instrumento que cobra do poder público o cumprimento de direitos constitucionais

FOI SANCIONADA ONTEM, em cerimônia no Palácio do Planalto, a lei que regula o processo e o julgamento do mandado de injunção, ação que cobra do poder público a regulamentação de direitos e garantias. A lei tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 18/2015, aprovado no Senado em 1º de junho.

O mandado de injunção costuma ser concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nas ações em que é reclamado o cumprimento de direitos e liberdades constitucionais relativos à nacionalidade, à soberania e à cidadania ainda não regulamentados por lei. Alguns temas já submetidos a mandado de injunção e decididos pelo STF foram

aposentadoria especial, direito de greve dos servidores, aviso prévio proporcional e criação de municípios.

A lei delimita o alcance (restrito às partes) e a produção de efeitos (validade até a edição de norma regulamentadora) da decisão provocada por mandado de injunção, mas admite a possibilidade de a medida valer também para pessoas alheias à ação judicial ou ser aplicada a todos os que se encontram na mesma situação dos autores. O texto ainda diz que os direitos e as liberdades constitucionais protegidos por mandado coletivo são os pertencentes a uma coletividade indeterminada de pessoas ou determinada por grupo, classe ou categoria.



Plenário aprovou o projeto no início do mês: cidadania é um dos temas que podem ser regulamentados pela medida

O texto, do ex-deputado Flávio Dino, foi relatado em Plenário por Eunício Oliveira (PMDB-CE), que informou ter desistido de um projeto próprio para que a norma logo

virasse lei. Além de Eunício, apoiaram a regulamentação Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Roberto Rocha

(PSB-MA) e José Maranhão (PMDB-PB), entre outros. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que “a medida é fundamental e uma grande decisão do Senado”.

## Comissões para análise de MPs elegem presidentes

Nove comissões mistas para análise de medidas provisórias vão escolher presidentes e vice-presidentes na terça-feira.

Entre elas, está a MP 726/2016, primeira editada pelo presidente interino Michel Temer, que trata da reorganização da Presidência da República e dos ministérios.

Conhecida como MP da Reforma Administrativa, a medida fundiu ministérios, como o da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações e o da Educação com o da Cultura, este último recriado após pressão da classe artística. A recriação do Ministério da Cultura está prevista na MP

728/2016, também em análise.

Há ainda as MPs 723/2016, que prorroga o Programa Mais Médicos, e 725/2016, a última editada por Dilma Rousseff antes do afastamento, que altera a legislação dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e dos Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio.

## Diligência apura denúncias de violência em reintegração de posse em Roraima

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz diligência hoje em Roraima para ouvir autoridades e representantes sindicais sobre denúncias de violência no cumprimento de mandados de reintegração de posse na Ocupação Morada de Anjos, localizada em área rural pertencente à Gleba Cauamé. A reunião começa às 9h na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em Boa Vista.

O senador Telmário Mota (PDT-RR), autor do requerimento, relata que um trabalhador rural teria morrido, atingido por um disparo feito por um guarda municipal.

Segundo Telmário, há relatos de que os trabalhadores são diariamente surpreendidos com ação violenta e arbitrária da guarda civil municipal e de fiscais da Empresa de Desenvolvimento Urbano

e Habitacional, que acompanhariam empregados de empresas que se dizem proprietárias da terra ocupada.

— Essas supostas autoridades adentram na comunidade, sem qualquer ordem de serviço ou mandado judicial, permitindo que os “capangas” de imobiliária, armados com facões e arma de fogo, tratores e caçambas, derrubem os barracos dos trabalhadores.

Foram convidados representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, do Incra, do Instituto de Terras e Colonização de Roraima, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Roraima e das empresas citadas nas denúncias. Representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também devem participar.

### Horário das reuniões

- Às 14h30, MP 719/2016, que permitiu o uso de até 10% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia em operações de crédito consignado. Cria um fundo para bancar indenizações do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga e determina que o crédito tributário inscrito em dívida ativa da União possa ser extinto em troca de bens imóveis.
- Às 14h40, MP 720/2016, que repassou R\$ 1,95 bilhão, relativo ao exercício de 2015, a estados e municípios, em decorrência da Lei Kandir. A União deduzirá da transferência os valores das dívidas vencidas e não pagas do ente federado.
- Às 14h50, MP 723/2016, que prorrogou por três anos a permanência de estrangeiros no Programa Mais Médicos.
- Às 15h, MP 724/2016, que prorrogou até maio de 2017 o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural.
- Às 15h10, MP 725/2016, que autorizou a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) com cláusula de correção pela variação cambial.
- Às 15h20, MP 726/2016, que reduziu de 32 para 23 o número de ministérios e delegou atribuições de órgãos extintos a outras pastas. Medida provisória da reforma ministerial da gestão do presidente interino Michel Temer.
- Às 15h30, MP 727/2016, que criou o Programa de Parcerias de Investimento (PPI).
- Às 15h40, MP 728/2016, que revogou o dispositivo que extinguiu o Ministério da Cultura.
- Às 15h50, MP 729/2016, que ajustou o apoio financeiro suplementar à educação infantil, adicionando as crianças que recebem o benefício de prestação continuada (BPC).

## Fátima pede cuidado com Lei Maria da Penha

Fátima Bezerra (PT-RN) pediu ontem debate mais profundo do projeto sobre atendimento a vítimas de violência doméstica que altera a Lei Maria da Penha (PLC 7/2016). Ela apresentou requerimento para que o texto seja analisado pela Comissão de Direitos Humanos.

Em discurso na quarta-feira, a senadora classificou como “histórica” a decisão do Supremo Tribunal Federal que abriu duas ações penais contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), por apologia ao crime de estupro e injúria. Para ela, o STF mostrou que a imunidade parlamentar tem limites.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Paim critica proposta sobre política na escola

Paulo Paim (PT-RS) criticou propostas em tramitação no Congresso como a que propõe o Programa Escola sem Partido, que, segundo ele, são conservadoras e tiram o direito de o professor ter opinião na sala de aula.

Ele avalia que projetos nesse sentido, em análise também em estados e municípios, não prosperarão. Para o senador, é natural atualizar os estudantes sobre o que se passa e é um crime proibir o debate sobre os grandes temas do país.

— É essa a juventude que queremos? Uma juventude calada, amordaçada, que não possa discutir política?



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Petecão: Acre não deve mandar policiais ao Rio

Sérgio Petecão (PSD-AC) pediu ao governador do Acre, Tião Viana, que recue da decisão de mandar mais de 200 policiais e bombeiros ao Rio de Janeiro para ajudar no policiamento durante os Jogos Olímpicos. Ele disse que a violência tem crescido no estado.

Petecão apresentou alguns dados para comprovar o aumento na violência. Segundo ele, entre 2004 e 2014 os homicídios no Acre aumentaram 101,7%. O senador lembrou também que o Acre faz fronteira com países como Peru e Bolívia, onde há grande produção de drogas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Elmano Férrer lembra manifestações de 2013

Elmano Férrer (PTB-PI) registrou os três anos dos protestos de junho de 2013 e destacou que o país ainda tem uma dívida com a população.

Ele lembrou que os manifestantes questionavam a democracia representativa e o Judiciário e apontavam as carências de serviços públicos nas cidades. Para ele, apesar de alguns avanços, o Executivo e o Legislativo ainda não conseguiram dar respostas eficientes aos reclames.

— Temos que fazer a reforma política e a reinvenção de um novo Estado. E, acima de tudo, discutirmos o pacto federativo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Governo pode importar milho para segurar preço do grão, diz ministro

A exemplo do feijão, governo pode liberar importação para amenizar o impacto da alta de preços sobre consumidores e a indústria da carne

OS PREÇOS DOS grãos no mercado interno estão sendo acompanhados pelo ministro da Agricultura, Blairo Maggi. Ele admitiu ontem, em audiência pública na Comissão de Agricultura (CRA), que poderá rever as taxas de importação do milho, assim como ocorreu com o feijão, para amenizar os efeitos negativos no bolso dos consumidores. Os preços de ambos os grãos subiram em razão de problemas nas colheitas.

— Estamos tomando duas atitudes. A primeira é provocando o governo a dar um preço mínimo maior. Nós defendemos preço mínimo de R\$ 18 para a saca de milho. Do outro lado, você tem que mostrar ao produtor que se o milho subir muito de preço, nós vamos também, a exemplo do que fizemos agora com o feijão, liberar a importação. O que não podemos deixar é que o mercado fique especulativo e leve o milho a R\$ 60 — argumentou.

## Indústria de carne

Blairo admitiu liberar a importação de milho em resposta a Acir Gurgacz (PDT-RO). O senador observou que o preço recorde do milho tem afetado toda a indústria de carne. Segundo Gurgacz, criadores de frango, de suíno e de gado leiteiro têm no grão a principal fonte de alimento para os animais e sofrem com a pressão nos custos.

Entre outros temas, Blairo relatou que tem se reunido com representantes da cadeia produtiva e pedido sugestões para reduzir a burocracia nos procedimentos e normas do ministério.



Blairo Maggi (2º à esq.), Ana Amélia e Acir Gurgacz ressaltaram importância do agronegócio para a economia do país

O ministro falou sobre a questão da infraestrutura e do armazenamento de grãos, os desafios do setor de pesca e aquicultura, além do seguro rural, para o qual está sendo estudado um novo modelo.

## Setor estratégico

Senadores foram unânimes em apontar o setor agropecuário como estratégico para ajudar o país a superar a crise.

— A crise seria muito mais aguda não fosse o trabalho dos agricultores brasileiros — afirmou a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS).

Roberto Muniz (PP-BA) propôs a criação de um fundo agropecuário nacional para fortalecer a produção.

— A estruturação desse fundo pode ser abraçada pelo ministério como uma política pública nacional, como já temos em diversos outros setores.

O ministro lembrou que vários estados já têm fundos regionais e disse que vai estudar a possibilidade de levar adiante a proposta.

## Blairo critica fim da isenção previdenciária sobre exportações do agronegócio

Blairo Maggi se disse preocupado com a possível taxação da exportação de produtos agrícolas. Para ele, essa taxação representaria um “abraço do afogado”.

Segundo informações da *Folha de S.Paulo*, o governo interino de Michel Temer examina a possibilidade de incluir na proposta de reforma da Previdência o fim da isenção de pagamento de contribuição previdenciária sobre a receita obtida com exportação pelo agronegócio.

Blairo comentou o assunto após José Medeiros (PSD-MT) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) questionarem os possíveis impactos da medida para os produtores. Segundo o ministro, o tema não foi discutido em reunião na quarta com Temer e ministros da área econômica.

Para Caiado, o grande desafio é barrar qualquer aumento da carga tributária

para os produtores:

— Qual o sentido de querer taxar a agricultura, que é um setor que vem dando certo, e liberar R\$ 50 bilhões para estados com maus gestores? — criticou o senador.

Aumentar as exportações é uma das prioridades de Blairo. Ele anunciou que fará uma série de viagens para ampliar o mercado para os produtos brasileiros. Entre os países a serem visitados, estão Myanmar, Coreia do Sul, Vietnã e Nigéria.

Sobre a China, o ministro destacou que o país é estratégico para o Brasil e assinalou o cuidado do governo em cumprir as exigências sanitárias para a entrada dos produtos no gigante asiático.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), é preciso conscientizar os produtores sobre a importância do cuidado sanitário com o rebanho e a produção.

## Embalagens de frutas e verduras devem ter mais normas de proteção

As embalagens de frutas e verduras não processadas poderão ser obrigadas a ter características de proteção ao produto, conforme estabelece o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 203/2015. Essa proposta deverá ser analisada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne na terça-feira.

Favorável ao projeto, a relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), explicou que ele reforça a necessidade de os invólucros desses produtos serem mantidos higienizados, apresentando dimensões que permitam empilhamento para o transporte em bloco de grande quantidade de material.

O texto, da deputada Iracema Portella (PP-PI), prevê que as embalagens, que podem ser descartáveis ou retornáveis, obedecem a normas de qualidade, desde a fabricação até o manuseio apropriado, e a exigências sanitárias relativas a alimentos, sem prejuízo de normas dispostas nas demais legislações específicas.

Se aprovado, o texto segue para apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

## Crédito de carbono

Na mesma reunião, a CMA pode analisar o projeto que obriga a Fundação Nacional do Índio (Funai) a emitir parecer técnico sobre projetos

para geração de crédito de carbono em terras indígenas, observando aspectos como consentimento da comunidade, equidade na repartição dos benefícios e respeito ao conhecimento tradicional dos povos indígenas, entre outros.

O relator, Jorge Viana (PT-AC), apresentou substitutivo ao PLS 95/2012, de autoria do ex-senador Vital do Rêgo. Depois da CMA, o projeto será analisado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Outro projeto da pauta é o que regulamenta o registro e a comercialização de cosméticos orgânicos (PLS 532/2015), da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), que terá decisão

final na CMA. A proposta estabelece que o cosmético orgânico deve ter os insumos obtidos em sistema orgânico de produção agrícola ou oriundos de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.

O relator, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), é favorável à proposta.

## Emendas a LDO

A CMA também vai analisar requerimentos para a realização de audiências públicas. Depois da reunião deliberativa, serão definidas as emendas a serem apresentadas pela CMA ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (PLN 2/2016).

## Ação fundiária deve ir para ministério, sugere Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) solicitou a Blairo Maggi que o Ministério da Agricultura seja responsável pelas ações de regularização fundiária. Depois da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela regularização, o tema passou a ser atribuição da Casa Civil da Presidência da República. Na avaliação do senador, o assunto será mais bem gerenciado se passar para o Ministério da Agricultura.

Gurgacz sugeriu estender aos ministérios os mesmos critérios de nomeação de diretores aprovados pelo Congresso Nacional e que também serão válidos para as estatais.

## Wellington defende leis trabalhistas mais modernas

Wellington Fagundes (PR-MT) destacou ontem a necessidade de o país realizar reformas voltadas ao interesse da nação, e não dos governantes. As reformas política, previdenciária e tributária foram exemplos citados como medidas para melhorar a vida da população.

Wellington chamou a atenção para a necessidade de novas leis trabalhistas, primando pela geração de emprego, e de um reordenamento do pacto federativo.

— Se não fizermos essas reformas, nós vamos levar essa situação de desgaste de todos nós da classe política.

## Lasier pede avanços no pacto federativo para ajudar estados

Lasier Martins (PDT-RS) afirmou na quarta que a suspensão da cobrança das dívidas dos estados com a União este ano vai “estancar a sangria”, mas no longo prazo será preciso novo pacto federativo que redistribua a arrecadação tributária, com parcela maior para os estados.

— A Constituição diz que os estados têm autonomia administrativa, mas sem recursos não é possível gerir. A União recolhe 65% dos tributos e distribui migalhas para os estados — salientou, defendendo também maior ajuda do BNDES.

# Terceirização da gestão da saúde primária é criticada em audiência

Proposta de organizações sociais gerenciarem atenção primária desagradou servidores do DF, mas governo diz que não causará desmonte do SUS

A DECISÃO DO Governo do Distrito Federal de gastar com hora extra em vez de contratar novos servidores para a área de saúde foi criticada ontem por participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Hélio José (PMDB-DF) disse que vai pedir à Secretaria de Saúde do DF informações sobre o assunto, que poderão servir de subsídio para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) das organizações sociais.

O tema do debate foi a atenção primária na saúde do Distrito Federal, que poderá ser gerenciada por organizações sociais (OS), segundo proposta do governo do DF. Para Hélio José, a proposta vai resultar em prejuízo para trabalhadores e para o atendimento.

— Organização social em área complementar é uma coisa. Mas não temos condições de ser coniventes com OSs para atendimento primário — disse.

O coordenador de Atenção Primária da Secretaria de Saúde do DF, Marcus Quito, reconheceu que o governo não está conseguindo garantir



Dayse Diniz, Jorge Vianna, Mônica Kafer, Hélio José, Marcus Quito, Carlos Fernando da Silva e Helvécio Ferreira na CDH

o direito à saúde. Quito disse que 65% dos atendimentos em prontos-socorros nos hospitais poderiam ser feitos em unidades de atenção primária, o que sobrecarrega o sistema. Ele defendeu a discussão do modelo de gestão por OS.

— Ter uma organização não significa reduzir o tamanho do SUS [Sistema Único de Saúde]. É isso que nós precisamos discutir. Ou queremos perma-

necer do jeito que estamos?

De acordo com Jorge Vianna, do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do DF, os servidores da saúde “são tratados como máquinas e horas”. A presidente do Sindicato dos Enfermeiros do DF, Dayse Diniz, afirmou que, onde foram instaladas, as OSS serviram para lavagem de dinheiro e desmonte do SUS.

O presidente do Conselho de

Saúde do DF, Helvécio Ferreira, defendeu as equipes interdisciplinares e a possibilidade de outras categorias profissionais, como psicólogos e fisioterapeutas, poderem atuar sem a necessidade de passar pelo médico. A coordenadora-geral de Gestão da Atenção Básica do Ministério da Saúde, Mônica Kafer, defendeu o sistema de atenção básica como grande redutor dos gastos com saúde.

## Comissão promove na segunda debate sobre desemprego

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove, na segunda-feira, audiência pública interativa sobre o desemprego, como parte integrante do ciclo de debates Democracia e Direitos Humanos. A reunião tem início às 9h.

Foram convidados a secretária nacional de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical, Ruth Coelho Monteiro, e representantes do Ministério do Trabalho, da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Também devem comparecer ao debate representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da CSP-Conlutas, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

# Estados e municípios também poderão legislar sobre idosos

Está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a proposta de emenda à Cons-

tituição (PEC 81/2015), do senador Wellington Fagundes (PR-MT), que inclui a proteção

ao idoso no rol de matérias de competência concorrente da União, dos estados, dos mu-

nicipios e do Distrito Federal.

A competência concorrente permite que todos os entes federativos possam legislar sobre determinado tema. Se for aprovada na CCJ, a PEC 81/2015 seguirá para análise do Plenário do Senado, em dois turnos de discussão e votação.

## Primeiros passos

“Objetivamos, com a aprovação desta proposta, e reconhecendo a crescente importância que esse tema merece, que todo e qualquer assunto referente ao idoso possa ser tratado pela União, em âmbito nacional, e pelos estados, residualmente”, explica Wellington na justificativa da PEC.

A iniciativa recebeu parecer favorável do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), idealizador do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Ele exaltou o mérito da proposta.

“O aumento da população de idosos é um fenômeno global, mas a proteção desse segmento no Brasil ainda está em seus primeiros passos. O Estatuto do Idoso é abrangente, mas precisamos ir além. Devemos recordar que a Constituição federal impõe ao poder estatal o dever de amparar as pessoas idosas. Com o advento de previsão constitucional expressa sobre a matéria, será mais bem delimitado o espaço de atuação da União, dos estados e dos municípios acerca da proteção ao idoso”, considera Paim.



Leis de âmbito estadual e municipal poderão tratar residualmente da atenção aos maiores de 60 anos, segundo proposta

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO





# JOVEM SENADOR

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa e o papel do Senado Federal.

Em 2016, o tema da redação será **“Esporte: educação e inclusão”**. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania.

Conheça o projeto em [www.senado.gov.br/jovemsenador](http://www.senado.gov.br/jovemsenador)

Secom | Comap | Publicidade e Marketing

-  senadofederal
-  Alô Senado: 0800-612211
-  [jovemsenador@senado.gov.br](mailto:jovemsenador@senado.gov.br)
-  Playlist Jovem Senador: [goo.gl/rNVh50](https://goo.gl/rNVh50)

Parceria:



Realização:



# Diplomatas: presença na África é importante

Indicados para representar o Brasil em Cabo Verde e República do Congo destacaram importância do continente. República do Chipre também deve ter novo embaixador

APESAR DA CRISE econômica que o país atravessa, o Brasil deve manter a aproximação com a África, segundo dois embaixadores designados para postos naquele continente — Raul de Taunay para a República do Congo e José Carlos de Araújo Leitão para Cabo Verde. As indicações foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Na mesma reunião, também foi acolhida a indicação de João Inácio Oswald Padilha para a República do Chipre.

Taunay anunciou que partiria com “doses elevadas de cautela” para Brazzaville, capital da República do Congo, que experimenta grande instabilidade política. Depois de mais uma reeleição neste ano do presidente Denis Sassou N'Guesso, no poder desde 1997, relatou o embaixador, o país tem sido tomado por mui-



Em sabatina dirigida por Aloysio Nunes (2º à esq.), foram aprovados os nomes de Raul de Taunay, José Carlos Leitão e Oswald Padilha, que vão a Plenário

tas manifestações populares.

— Vou precavido, mas com espírito de missão, humanitário e filantrópico. A região está sujeita a conflitos e buscarei na precaução e na prudência garantir a segurança da comunidade brasileira residente e implementar uma agenda realista, pragmática e possível.

Lasier Martins (PDT-RS) co-

locou em dúvida a necessidade de o Brasil enviar embaixador a um país em guerra civil, com doenças e falta de infraestrutura para atrair investimentos.

— O que o Congo tem a nos dar? Numa época em que o Brasil tem dificuldades econômicas, por que gastar com embaixadas em países que, no terreno pragmático, não

têm nada a nos dar? Temos gastos imensos e alugueis de embaixadas atrasados.

João Alberto Souza (PMDB-MA) recordou a “dívida do Brasil com a África”, enquanto Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou a importância de manter as representações brasileiras no exterior, uma vez que o custo de mantê-las é menor, a seu ver, que o prestígio que garantem ao Brasil.

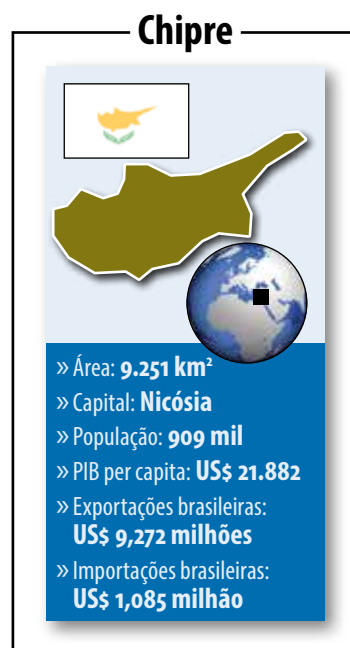
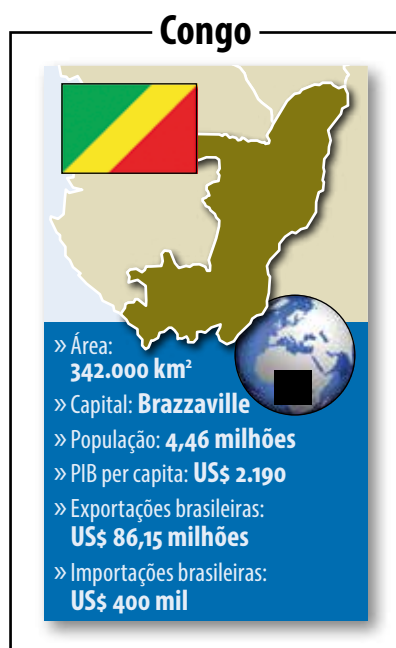
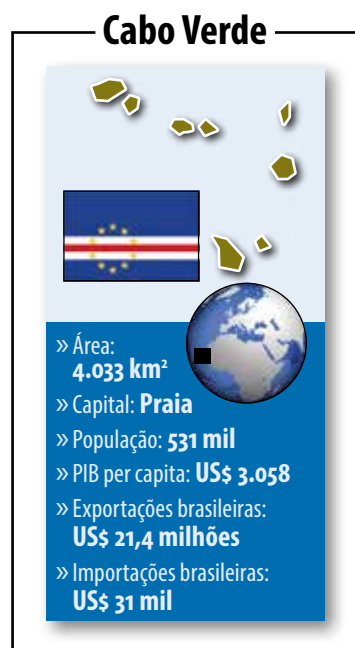
Atual embaixador em São Tomé e Príncipe e indicado para representar o Brasil em Cabo Verde, José Carlos Leitão também defendeu a manutenção dos postos em países africanos. A embaixada em São Tomé, informou, foi a primeira de 19 embaixadas instaladas na África nos últimos anos. Depois dessa aproximação, foram eleitos candidatos brasileiros para comandar a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) — respectivamente José Graziano da

Silva e Roberto Azevêdo.

— O Brasil não teria o comando da FAO e da OMC sem o apoio africano — afirmou.

Em sua exposição, Leitão disse que Cabo Verde é “parceiro preferencial” do Brasil, tanto por falar a mesma língua como pelo fato de estar pronto para receber cooperação oriunda do que chamou de “ilhas de excelência” da administração brasileira. Ele defendeu maior presença no país da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), intenção elogiada por Ana Amélia (PP-RS).

Por sua vez, o embaixador Oswald Padilha informou que o Chipre, depois de passar por turbulências políticas nos últimos anos, pode atualmente ser considerado um “país europeu em vias de retomar o ciclo de prosperidade”. Ele observou que o Chipre tem grandes reservas de gás e um setor portuário que poderia ter parcerias com portos brasileiros.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

## Requião aponta ameaças a direitos dos trabalhadores

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou ontem, em pronunciamento, apoio a todas as operações que têm como objetivo combater a corrupção no país. Ele disse, no entanto, que alguns setores se aproveitam da crise para impor ao governo interino uma política “entreguista”, que coloca em xeque a soberania nacional e os direitos dos trabalhadores.

O senador também voltou a afirmar sua posição contrária ao impeachment, mas favorável à convocação de um plebiscito para que a sociedade decida sobre o futuro do país.

Para Requião, o governo Temer vai fazer ajuste fiscal com o sacrifício das classes pobres, sem rever os privilégios.



Waldemir Boretti/Agência Senado

## Lasier elogia operações da Polícia Federal

A Polícia Federal cumpriu hoje 11 mandados de prisão preventiva, 10 de busca e apreensão e 14 de condução coercitiva em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e no Distrito Federal como parte da operação chamada Custo Brasil, destacou Lasier Martins (PDT-RS).

— E Brasília acordou hoje com os desdobramentos das Operações Lava Jato e Pixuleco, que levaram à prisão preventiva do ex-ministro do Planejamento e das Comunicações Paulo Bernardo — acrescentou.

O senador disse que a corrupção que se alastrou pela administração pública está vindo à tona de forma avassaladora, e considerou que a retirada do poder do grupo investigado, por meio do afastamento preventivo de Dilma Rousseff, era realmente necessária.

## Rose: Congresso Nacional atuará em favor do Brasil

Rose de Freitas (PMDB-ES) agradeceu ao presidente interino Michel Temer pela confiança de indicá-la líder do governo no Congresso e afirmou que o Brasil só tem duas opções: vencer ou vencer.

Rose contou ter interrompido licença para tratamento de saúde para voltar ao Parlamento e contribuir ao país, manifestando confiança de que o Congresso Nacional atuará em favor do Brasil, apesar das divergências entre parlamentares que apoiam Dilma Rousseff e os que querem a permanência de Michel Temer.

— A ponte é estreita, mas nós conseguiremos passar por ela. Tenho certeza de contar com o espírito público do Congresso.



Waldemir Boretti/Agência Senado

## Dário vê riscos a limite de despesas em áreas sensíveis

A proposta do governo Temer de fixar limites para os gastos públicos com base na inflação do ano anterior foi considerada arriscada por Dário Berger (PMDB-SC), principalmente para áreas como saúde, educação e segurança.

O senador considera que seria essencial algum mecanismo para garantir a suplementação de recursos que se fizer necessária a esses setores, tendo em vista que, muitas vezes, eles demandam mais que o inicialmente previsto.

— O Orçamento deste ano já é precário e menor que o de 2015. Se a limitação for aprovada, em 2017 a saúde pública só receberá a mais o referente à correção pela inflação deste ano, uma situação inaceitável.



Waldemir Boretti/Agência Senado

## Raupp pede que União absorva logo servidores de RO

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu celeridade ao Ministério do Planejamento no processo que devolve à União servidores do antigo território de Rondônia. O senador frisou que não há mais obstáculos legais para que os 10 mil servidores rondonienses sejam beneficiados com a incorporação, que espera ser concluída até o fim de 2017.

Ao pedir a compreensão do governo, Raupp citou as dificuldades que os servidores enfrentaram na construção do território:

— Que possam ingressar nos quadros da União para fazer justiça a esses servidores que deram sangue, muitos deram a vida, para o desenvolvimento da nossa querida Rondônia.



Marcos Nairiz/Agência Senado